

A AGROPECUÁRIA E AS INDÚSTRIAS TRADICIONAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 1970 A 2000

*Moacir Piffer¹
Silvio Cezar Arend²*

Resumo: Este artigo analisa as transformações espaciais ocorridas na estrutura produtiva das Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) paranaenses, especificamente dos setores agropecuário e das indústrias tradicionais, no período de 1970 a 2000. Utilizou-se a abordagem teórica da base econômica de Douglass North para fundamentar a análise e o Quociente Locacional para identificar as AMCs que tinham esses setores como básicos no período analisado. Os resultados mostraram uma mudança espacial da distribuição dos setores analisados: o setor agropecuário se difundiu e o setor das indústrias tradicionais se adensou em AMCs específicas do Estado do Paraná, principalmente em Guarapuava, Irati, Pinhão, Palmas, Bituruna, General Carneiro, União da Vitória, Porto Vitória, Paula Freitas, Mangueirinha, localizadas na Mesorregião Centro Sul; e nas AMCs de Mariópolis, Clevelândia, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Ampére, localizadas na Mesorregião Sudoeste do Paraná. Assim, a capacidade e a interação da base econômica da agropecuária e das indústrias tradicionais das AMCs (regiões) paranaenses foram responsáveis pela manutenção, difusão e a diversificação dos ramos de atividades básicas e alavancaram os ramos de atividades não-básicas da indústria tradicional.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Regional; Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs); Base Econômica.

AGRIBUSINESS AND TRADITIONAL INDUSTRIES IN THE REGIONAL DEVELOPMENT OF PARANÁ STATE IN THE PERIOD OF 1970 TO 2000

Abstract: This article analyzes the spatial changes occurred in the productive structure of the Minimum Comparable Areas (MCAs) of Paraná, specifically of the agribusiness and traditional industries sectors in the period of 1970 to 2000. The theoretic economic base approach of Douglass North was used to support the analysis and the Locational Quotient to identify the MCAs which had these sectors as basic in the period analyzed. The results showed a change of the spatial distribution of the sectors analyzed: the agribusiness sectors spread and the traditional industries sector concentrated in specific MCAs of Paraná, mainly in Guarapuava, Irati, Pinhão, Palmas, Bituruna, General Carneiro, União da Vitória, Porto Vitória, Paula Freitas, Mangueirinha, located in the Meso Region Center-south, as well as in the MCAs of Mariópolis, Clevelândia, Colonel Vivida, Francisco Beltrão, Ampére, located in the Meso Region Southwest of Paraná. Consequently, the capacity and the interaction of the economic base of agribusiness and traditional industries of the MCAs (regions) of Paraná were responsible for the maintenance, dissemination and diversification of the branches of basic activities and leveraged the branches of non-basic activities of the traditional industry.

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professor Adjunto do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: mopiffer@yahoo.com.br ou piffer@unioeste.br

² Doutor em Economia pela UFRGS. Docente do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR – Mestrado e Doutorado) da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: silvio@unisc.br

Keywords: Regional Development; Minimum Comparable Areas (MCAs); Economic Base.

JEL: O1, O18, R11.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva identificar as transformações na estrutura produtiva das Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do Estado do Paraná, com ênfase nas alterações da sua base produtiva agropecuária para uma base produtiva de indústrias tradicionais em seus ramos de atividade.

O período de análise se situa entre 1970 e 2000, pois nesse período se deu, definitivamente, a integração da economia paranaense com a nacional e com a internacional, a modernização da agropecuária, o esgotamento da fronteira agrícola e a ampliação, difusão e diversificação dos ramos industriais, contribuindo para a formação de uma nova configuração geoeconômica no Estado do Paraná. A integração com a economia nacional e com a internacional estimulou as atividades de base (na maioria das AMCs do Paraná), ou seja, atividades que dinamizam outros ramos da economia através da multiplicação de empregos e que, em geral, se voltam para o mercado inter-regional através da ampliação do mercado consumidor, criando novas demandas para os produtos agropecuários e industriais paranaenses. Assim, o Estado do Paraná dinamizou a sua estrutura produtiva e deixou de ser uma região voltada apenas à produção agrícola, diversificando e difundindo os seus ramos industriais, aumentando cada vez mais a sua base de exportação (PIFFER & AREND, 2008).

O crescimento de uma região, nessa perspectiva, decorre do aumento das atividades de base e, conseqüentemente, da demanda por produtos que ela oferece para fora da região. Crescendo e expandindo as atividades de base, cresce toda a economia regional. Essa perspectiva é defendida por North (1955, 1961, 1961a, 1977a, 1977b, 1990, 2006), ao afirmar que as regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões pelos seus produtos, provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional. Ao integrar-se com outras regiões e, no caso, com a economia nacional, a região apresenta um crescimento da renda real, através da manutenção do dinamismo da(s) atividade(s) de base e da difusão do seu dinamismo para outros ramos produtivos, seja pela demanda de insumos, seja pela demanda complementar de bens e de serviços.

A partir da perspectiva de Douglass North, ao estudar a geoeconomia de uma determinada região e a performance do desenvolvimento regional, deve-se analisar a distribuição espacial das atividades de base ao longo do território, examinando-a como parte de um todo e os elementos propulsores do seu crescimento econômico, tais como: a concentração intrarregional, a capacidade das atividades de base em multiplicar empregos em outros ramos da economia regional e a capacidade de diversificação das atividades produtivas. Por isso, esta pesquisa utiliza a contribuição teórica de Douglass North que analisou o crescimento de regiões, em particular nos Estados Unidos, que tiveram seu desenvolvimento a partir das atividades de base.

Assim, este artigo, além de estudar o crescimento e a difusão espacial das atividades de base agropecuária e de indústrias tradicionais nas Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) no espaço geográfico do Estado do Paraná, nos anos 1970, 1980 e 2000, é uma interpretação alternativa do seu crescimento e do seu desenvolvimento econômico.

2 METODOLOGIA

Conforme mencionado, os elementos analíticos que orientam este estudo foram extraídos da análise teórica das explicações do crescimento das regiões, especificamente a Teoria da Base Econômica de Douglass North.

Neste artigo, o período de análise foi os anos de 1970, 1980 e 2000. A variável-base utilizada foi a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada por ramos de atividade. A unidade de medida da PEA é padronizada e consistente. O uso dessa variável se justifica pela necessidade da criação de postos de trabalho: quanto mais dinâmica a economia ao longo do tempo, maior é a sua capacidade de gerar empregos em outros setores ou ramos de atividade. É certo que o avanço tecnológico e a expansão da produtividade são elementos poupadores de mão-de-obra no longo-prazo, mas no caso desse artigo as atividades analisadas (agricultura e indústrias tradicionais) são ainda intensivas em mão-de-obra.

No tocante ao recorte espacial-territorial usado, optou-se, para facilitar a análise e a visualização dos resultados, por dois recortes: o primeiro deles é as Mesorregiões. A mesorregião é uma subdivisão regional criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no final dos anos 1960 e cada mesorregião congrega diversos municípios de uma área geográfica e que possuem similaridades econômicas e sociais. A mesorregião não constitui uma entidade política ou administrativa. No caso desta pesquisa, a exposição de algumas informações utilizando mesorregiões é feita no sentido de situar e de facilitar o leitor na localização das Áreas Mínimas Comparáveis no espaço paranaense, através das figuras e dos mapas apresentados no texto. Para o estado do Paraná o IBGE apresenta 10 mesorregiões: Noroeste, Oeste, Centro Ocidental, Centro Sul, Sudoeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental, Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

O segundo recorte territorial constitui-se nas Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs). Em análise regional, quanto mais desagregadas as regiões e mais detalhado o espaço geográfico, mais fidedigno é o resultado da análise, pois permite visualizar os fenômenos regionais numa escala mais local. Já no tocante ao território paranaense, no período de análise (1970, 1980 e 2000), ocorreram várias emancipações, modificando a distribuição dos municípios nas mesorregiões, sendo necessária a utilização de uma base territorial estável no período considerado. Em função disso, foi necessário compatibilizar as áreas municipais a fim de gerar uma “Área Mínima Comparável”, atendendo tanto às necessidades do instrumental de análise regional quanto à visualização da base econômica e da sua dispersão no território paranaense. Devido às mudanças no número e na área dos municípios ao longo do tempo, os dados municipais são também apresentados de acordo com as Áreas Mínimas Comparáveis, isto para permitir análises intertemporais consistentes, conforme apresentado em Andrade *et al* (2004).

Para Reis e Tafner (2005), a desvantagem do uso de AMCs é a sua heterogeneidade na dimensão das áreas geográficas, o que faz com que algumas AMCs sejam compostas de muitos municípios e tenham tamanhos diferenciados. Uma das grandes vantagens, porém, dos indicadores de análise regional utilizados nesta pesquisa, segundo Pumain e Saint Julien (1997), é que os mesmos utilizam “o peso relativo” dos ramos das atividades econômicas, o que anula o “efeito tamanho” das AMCs. Por isso, a análise regional permite a estimativa de indicadores confiáveis. Esses indicadores serão detalhados mais adiante.

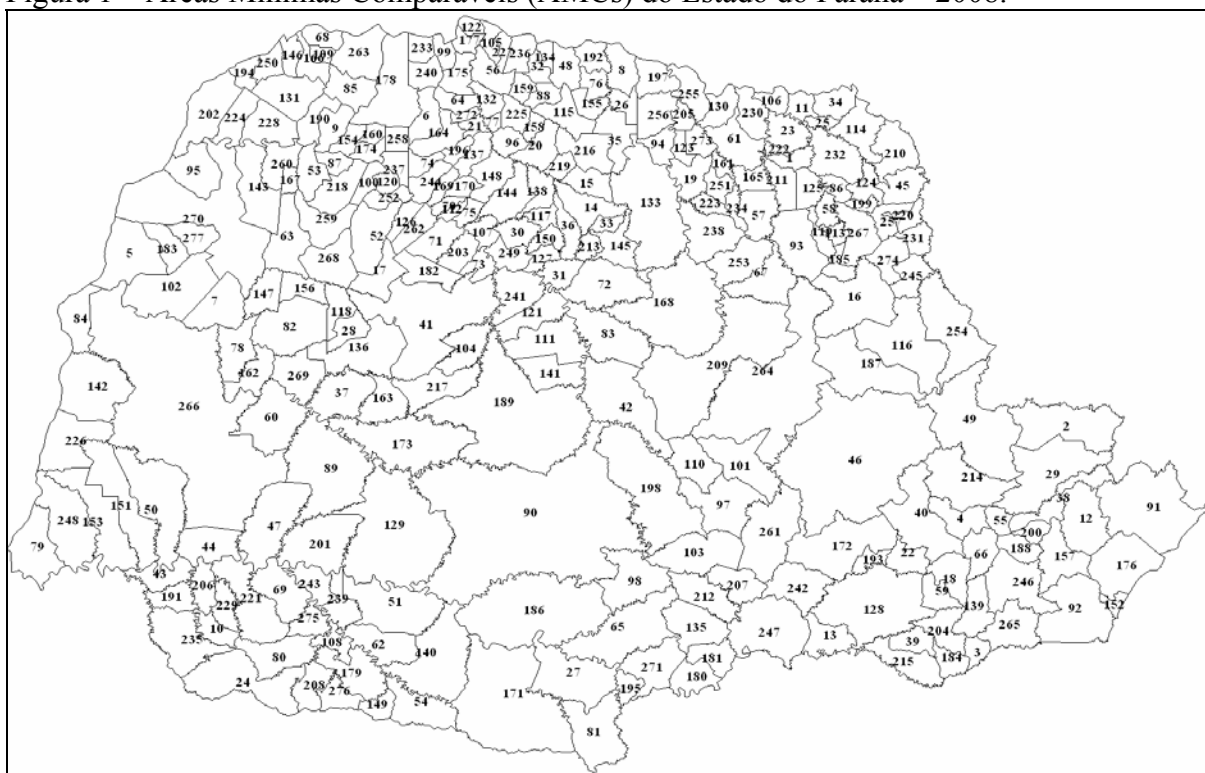
Na Figura 1 é apresentado o recorte territorial das AMCs no Paraná. Nota-se que, de 399 municípios, esse recorte territorial reduziu a escala para 277 Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs). A Área Mínima Comparável tem um código e segue a referência do município mais antigo e populoso³. A aplicação dos indicadores de análise regional é feita para as AMCs,

³ Devido à limitação de páginas do artigo, não será possível constar a listagem das AMCs e seus respectivos municípios que as compõem. Os interessados em receber essas informações podem entrar em contato com os autores.

porém, para situar o(a) leitor(a) no decorrer da análise, foram apresentadas algumas referências sobre o conjunto das AMCs nas mesorregiões.

Os ramos de atividades industriais analisados seguem a divisão proposta no estudo clássico de Carrion Júnior (1981) sobre a economia do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, por Passos e Lima (2000), Lima (2003), Ferrera de Lima (2004), Rodrigues *et al* (2006), Alves *et al* (2006) e Staduto *et al* (2008), qual seja: indústrias tradicionais, indústrias não-tradicionais e indústrias dinâmicas. No caso deste artigo, foram analisadas somente as indústrias tradicionais, nas quais são classificados os ramos de atividades inerentes ao início do processo de industrialização e da primeira fase de substituição por importações brasileira. Nesse caso, trata-se dos bens de consumo não duráveis, caracterizados pelo uso intensivo de mão-de-obra na sua produção. Classificam-se como indústrias tradicionais a indústria de mobiliário, madeira, artigos de palha, artigos de couro, peles e produtos similares, têxtil, domiciliar têxtil, calçados, vestuário, produtos alimentares e outras classes da indústria de transformação.

Figura 1 – Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do Estado do Paraná – 2008.



Fonte: IPEA (2009).

Essa agregação dos ramos de atividades industriais em conjunto com os ramos de atividade agropecuária (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca) em grandes grupos possibilitou construir análises preliminares sobre o comportamento e a tendência sobre a localização das ocupações no Estado do Paraná, no período de estudo.

Definida a variável, o recorte territorial, a divisão das atividades produtivas e a abordagem teórica, o objetivo será atendido através da utilização da medida de localização mais difundida pela literatura, e proposta por Douglass North, o Quociente Locacional.

O Quociente Locacional (QL) é utilizado para comparar a participação percentual de uma região (AMC) em um setor particular com a participação percentual da mesma região (AMC) no total do emprego da economia brasileira (a região de referência). No estudo original de North (1955 e 1977b), o autor compara a região objeto com a nação, por isso foi

utilizado esse mesmo padrão nesta pesquisa. Isso não distorce a análise, pois, além de apresentar as atividades básicas, visualiza-se também a evolução dessas atividades com relação ao Brasil, ou seja, as AMCs do Paraná com o conjunto de AMCs do Brasil, demonstrando a sua importância no contexto da economia nacional. Mais que apresentar a evolução do QL, esses resultados também demonstram a inserção dos ramos de atividades produtivas de base do Paraná na economia brasileira.

O QL é calculado da seguinte forma:

$$QL = \frac{\text{Emprego na atividade } i \text{ na região (AMC)}}{\text{Emprego total na região (AMC)}} \div \frac{\text{Emprego na atividade } i \text{ no Brasil}}{\text{Emprego total no Brasil}}$$

Em modelos de projeção do crescimento regional é usual conjugar os quocientes locacionais com a teoria da base econômica ou de exportação, considerando-se como atividades ou setores básicos aqueles para os quais o valor seja maior ou igual à unidade (1), pois estes setores teriam uma ocupação de mão-de-obra mais significativa no contexto regional, marcando a especialização relativa da Área Mínima Comparável (AMC), que, no caso, são as regiões. Assim, os setores com valores iguais ou superiores à unidade seriam indutores das atividades não-básicas⁴.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para North (1955, 1961a, 1977a, 1977b), a agropecuária é uma atividade básica por natureza, independente dos valores do quociente locacional, pois o setor primário tem uma forte capacidade em gerar excedentes. Por isso, os resultados do QL para o setor primário são referências de concentração relativa de mão-de-obra ocupada e de especialização. Comparando os resultados da pesquisa para o conjunto o setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal e outros) nas AMCs do Estado do Paraná, entre 1970 e 2000, com a teoria da base econômica de Douglass North, revelam-se elementos interessantes em termos de difusão e de diversificação desse setor ao longo do espaço paranaense (Figura 2).

O primeiro desses elementos é o movimento das atividades agropecuárias e extrativas, ou seja, a localização do setor primário mudou de perfil no período. Em 1970, a localização mais significativa do setor primário estava nas AMCs das mesorregiões Oeste, Noroeste, Norte Pioneiro, Norte Velho, Sudoeste e Sudeste paranaense. A dispersão das atividades primárias nas AMCs não seguiu o mesmo padrão de período de colonização. Por exemplo, o setor primário não era atividade significativa nas AMCs de Guarapuava e de Foz do Iguaçu, que começaram a sua ocupação no século XVIII e também não nas AMCs de Londrina, de Maringá e de Paranavaí, colonizadas no século XX.

O segundo elemento é a localização geográfica do setor primário. Em 1970, o setor primário cobria, de forma mais significativa, os espaços a oeste do Estado do Paraná. Em 1980 ocorre uma mudança nesse padrão geográfico, pois o setor primário, enquanto atividade de alocação significativa de mão-de-obra, se dispersa e ocupa o Centro Sul do Paraná. Em 2000, as mesorregiões Centro-Sul, Norte Pioneiro, Sudoeste e Sudeste do Paraná são as mais significativas em termos de atividades primárias. No caso da extração vegetal, as AMCs fortalecidas são mais específicas, até por causa das condições geográficas do terreno. Em

⁴ Em North (1955 e 1977b) são apresentados outros estudos que utilizaram como referência o QL acima de 1,50, porém Douglass North apresenta o $QL \geq 1$ como referência principal da sua análise. Da mesma forma, outros estudos clássicos de sistematização dos métodos de análise regional, como de Isard (1972) e Haddad (1989) também tomam o $QL \geq 1$ como padrão. Sendo assim, esta pesquisa também utiliza o mesmo padrão, até porque isso corrobora as suas hipóteses e os seus objetivos específicos.

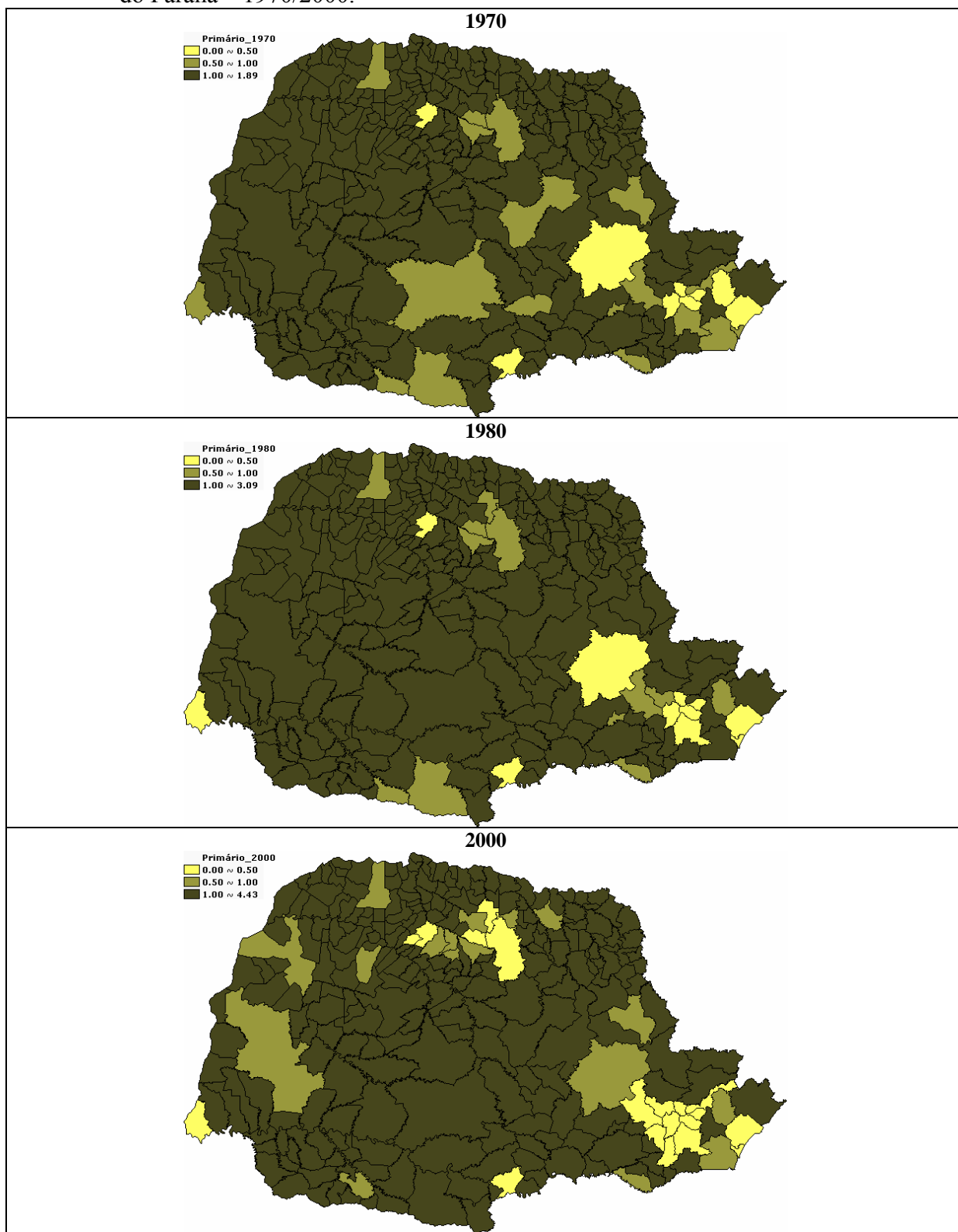
geral, para o reflorestamento e mata natural, as condições do terreno e a competição com outras *commodities* exigem áreas selecionadas.

Esses dois elementos nos remetem ao terceiro elemento, qual seja, a explicação dessa mudança no perfil locacional das atividades ligadas ao setor primário. Traçando um paralelo entre a Figura 2 com a base teórica de Douglass North, nota-se que as AMCs que deixaram de ser significativas no setor primário fortaleceram a sua urbanização ao longo do tempo. A divisão social do trabalho em atividades ligadas à economia urbana ficou mais expressiva que nas atividades ligadas ao setor primário. Isso não significa que as atividades urbanas e primárias não estejam associadas, mas que as atividades urbanas começam a ser mais importantes em termos de ocupação de mão-de-obra em relação à mão-de-obra ocupada na agropecuária. Em algumas AMCs, a transição de uma economia com um *continuum* exclusivamente urbano rural para um *continuum* urbano-industrial se faz ao longo do tempo, marcando a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e as suas transformações na estrutura da economia regional. Historicamente, a mão-de-obra expulsa da agropecuária, em função da modernização e de novos métodos produtivos, é alocada em atividades urbanas, mas não de forma especializada e adensada em todas as AMCs. Ou seja, a mão-de-obra que é absorvida nas atividades urbanas é alocada em AMCs específicas no espaço geográfico, demonstrando, empiricamente, que o processo de desenvolvimento não se dá em todos os lugares ao mesmo tempo, mas em pontos específicos no espaço econômico.

No caso do Paraná, as AMCs que diversificaram a divisão social do trabalho e que absorveram essa mão-de-obra oriunda do setor primário foram as que conseguiram difundir as suas atividades de base da agropecuária e silvicultura para outros ramos de atividades intrarregionais, especificamente nos setores secundário e terciário. Por exemplo, as AMCs de Guarapuava, de Telêmaco Borba, de Palmas, de Clevelândia, de Porto Amazonas e de Irati tinham as atividades urbanas como significativas em 1970. Ao longo do tempo, com exceção de Guarapuava, o setor primário fortalece o seu perfil locacional nessas AMCs em detrimento das atividades urbanas industriais. Em consequência disso, não há transformação estrutural no perfil de algumas AMCs do Paraná, como houve em Londrina, em Maringá, em Cascavel, em Toledo, em Foz do Iguaçu, em Ponta Grossa, em Curitiba, etc. As economias regionais baseadas exclusivamente no setor primário, que, na Figura 2, possuem $QL \geq 1$, crescem, mas não fortalecem o seu *continuum* urbano-industrial.

Como já mencionado, Douglass North chama a atenção para o fato de que a agropecuária é atividade de base por natureza. Apesar de algumas AMCs não terem um adensamento significativo em termos de mão-de-obra ocupada, ou seja, um quociente locacional superior à unidade, as mesmas áreas ainda possuem a atividade agropecuária como básica. Até porque a produtividade da agropecuária aumentou em função da tecnologia empregada, apesar de a área plantada não se ter expandido após os anos 1980 (esgotamento da fronteira agrícola). Com isso, houve diminuição dos postos de trabalho, mas não dos excedentes produtivos. Isto é diferente de ramos urbanos, que, apesar de incorporarem tecnologias e de pouparem mão-de-obra, difundem internamente as atividades de base e criam postos de trabalho tanto na transformação industrial quanto na prestação de serviços. Ocorre, porém, que nem todas as regiões conseguem fazer essa transição e absorver mão-de-obra excedente de um setor ou ramo de atividade em outros setores ou ramos da sua economia. A Figura 2 demonstra isso, pois as economias que fortalecem as suas atividades urbanas estão nas AMCs que compõem as Mesorregiões Norte Central, Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba. Já as AMCs que compõem as Mesorregiões Oeste e Noroeste do Paraná, com exceção de Foz do Iguaçu, são emergentes, ou seja, se fortalecem no final do século XX. As atividades urbanas nessas AMCs absorvem os excedentes de mão-de-obra oriundas do seu setor primário e absorvem ainda os excedentes de outras AMCs do Estado do Paraná.

Figura 2 – Quociente Locacional das Atividades Básicas (QL \geq 1) do Setor Primário nas AMCs do Paraná – 1970/2000.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Essa transição de uma mão-de-obra empregada em atividades agropecuárias que se transfere para o espaço urbano (e as suas atividades) é ilustrada com dados do montante da população urbana e rural no Paraná, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – População urbana e rural total do Estado do Paraná 1940 – 2000.

ANO	URBANA	%	RURAL	%
1940	302.272	24,45	934.004	75,55
1950	528.288	24,97	1.587.259	75,03
1960	1.305.927	30,59	2.962.312	69,41
1970	2.504.253	36,13	4.425.568	63,87
1980	4.472.506	58,61	3.157.343	41,39
1991	6.197.953	73,35	2.250.760	26,65
1996	7.011.990	77,87	1.991.814	22,13
2000	7.786.084	81,41	1.777.374	18,59

Fonte: IBGE – Censos demográficos.

Como mostra a Tabela 1, entre os anos de 1940 e 1950 a população total cresceu lentamente e a distribuição entre o meio urbano e o meio rural permaneceu quase que inalterada. Nos anos de 1960 e 1970, a população total cresceu significativamente, mas não houve muitas mudanças com relação à distribuição dessa população no meio urbano e rural, sendo 30,59% e 69,41%, respectivamente, no ano de 1960 e 36,13% e 63,87% em 1970.

A partir de 1980 houve uma inversão, pois a população urbana (com 58,61% da população total do Estado) supera a população rural (com 41,39%), em paralelo ao crescimento demográfico significativo. Em 1991, a população urbana paranaense já somava 6.197.953 habitantes, sendo esta uma parcela de 73,35% da população total do Estado. Em 1996, a população urbana já somava 77,87%, chegando em 2000 com 7.786.084 habitantes, representando 81,41% da população urbana do Estado. No mesmo período, a população rural contava com uma parcela de 1.777.374 habitantes, somando apenas 18,59% da população do Paraná. Assim, ao longo do tempo, a economia paranaense precisa ampliar a divisão social do trabalho na economia urbana.

Através desses dados, nota-se que houve uma inversão na distribuição populacional urbana e rural no Estado do Paraná. Como já foi mencionado, esse rápido processo de urbanização deveu-se à modernização da agricultura, processo que liberou mão-de-obra para as atividades urbanas e à expansão das atividades de transformação e de serviços no Estado, como explica Piffer (1999, p. 57): “de uma economia agrícola tradicional passou, a partir dos anos setenta, por uma transformação industrial e uma acelerada industrialização do campo [...] impulsionada por tecnologias avançadas de máquinas, equipamentos, sementes tratadas, crédito abundante, etc.”.

No final do século XX, a agricultura continua com grande importância na economia. Entretanto, o setor secundário começa a aumentar a sua participação setorial no valor adicionado fiscal. Conforme dados de Mota (2000), em 1980 a participação do setor primário correspondia a 31,09% do valor adicionado fiscal. Em 1996, essa participação já era de 18,21%. Diferentemente, em 1980 a participação do setor secundário era de 37,81% e do terciário 31,09%. Em 1996, essa participação era de 48,55% para o secundário e de 33,24% para o terciário.

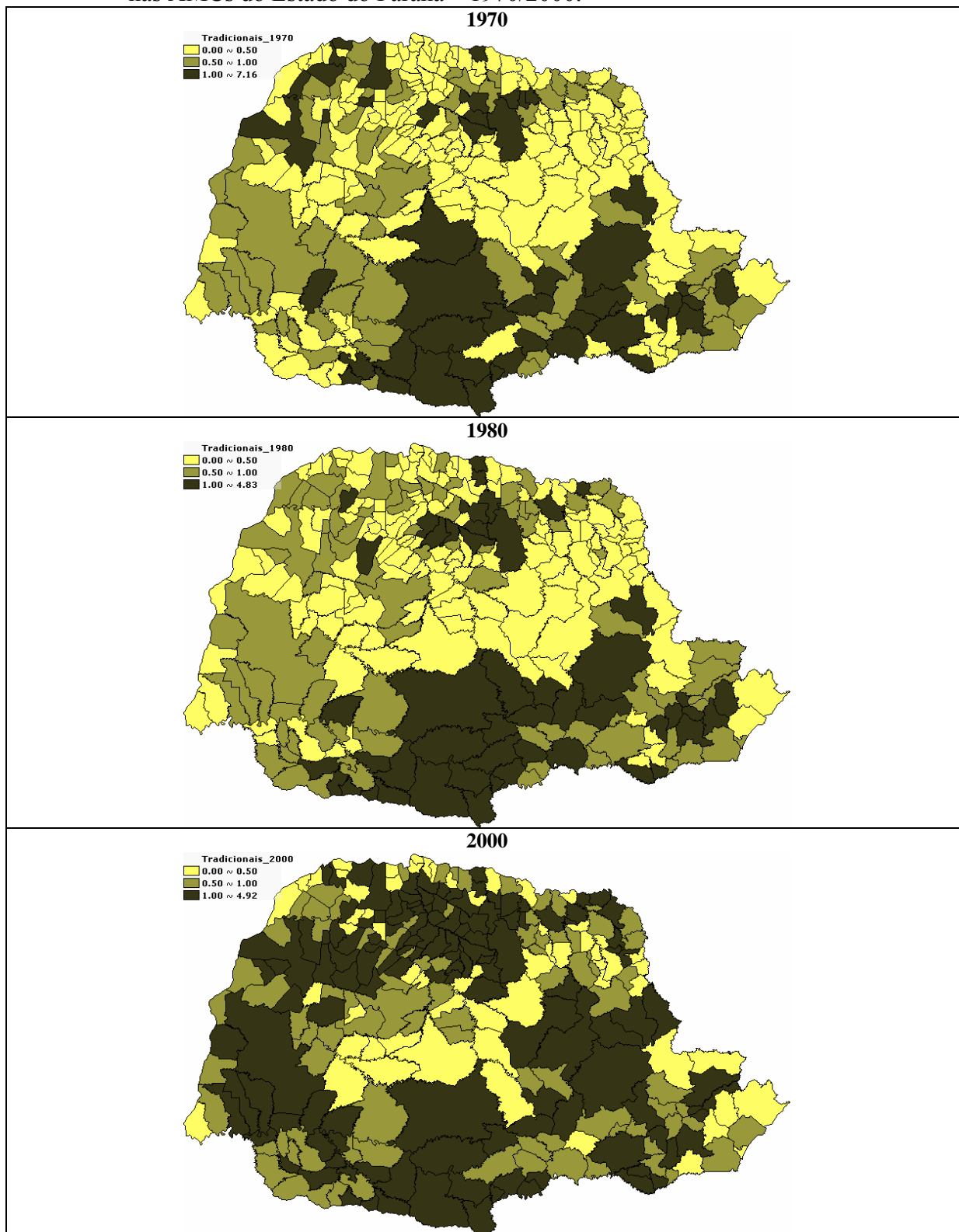
Assim, as atividades de base fazem uma transição e impulsionam as atividades urbanas em AMCs selecionadas. Enquanto as atividades de base na agropecuária e silvicultura são difusas em todo espaço paranaense, as atividades urbanas são polarizadas por um conjunto mais restrito de AMCs. Internamente, as AMCs com atividades urbanas significativas possuem certas especializações locais, ou seja, internamente as AMCs podem se especializar na transformação industrial quanto no comércio e na prestação de serviços.

3.1 PERFIL LOCACIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO TRADICIONAL NO PARANÁ

O Paraná é um Estado de colonização e de industrialização recente. A partir dos anos 1960, o Estado começa a formar a sua indústria, mesmo que incipiente. A industrialização

propriamente dita tem o seu marco nos anos 1970. O “peso” locacional da indústria tradicional enquanto atividade básica está exposto na Figura 3, onde visualiza-se a distribuição espacial das atividades industriais tradicionais com $QL \geq 1$.

Figura 3 – Quociente Locacional das Atividades Básicas ($QL \geq 1$) das Indústrias Tradicionais nas AMCs do Estado do Paraná – 1970/2000.



Fonte: Resultados da pesquisa.

A Figura 3 revela um fenômeno patente de difusão espacial dos ramos industriais tradicionais e, com ela, as mudanças na divisão social do trabalho nesse ramo de atividade. Ocorre uma diversificação no número de AMCs que localizam as atividades de transformação com $QL \geq 1$. Na década de 1970, as AMCs localizadas nas mesorregiões Centro Sul, Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental, Norte-Central e Noroeste do Paraná possuíam atividades de base significativas nas indústrias tradicionais. Já, porém, em 1980 e 2000, houve uma propagação dessas atividades no espaço geográfico paranaense. As indústrias tradicionais se espacializaram e se difundiram ao longo das AMCs paranaenses, com exceção de algumas AMCs localizadas na Mesorregião Centro-Sul, Norte Pioneiro e no Litoral do Paraná.

Ao comparar a Figura 2 e 3, nota-se que houve um adensamento significativo de emprego tanto no setor primário quanto nos ramos da indústria tradicional em algumas AMCs, quais sejam: Guarapuava, Irati, Pinhão, Palmas, Bituruna, General Carneiro, União da Vitória, Porto Vitória, Paula Freitas, Mangueirinha, localizadas na Mesorregião Centro Sul; nas AMCs de Mariópolis, Clevelândia, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Ampére, localizadas na Mesorregião Sudoeste do Paraná, entre outras. São AMCs que avançam na industrialização, mas conservam e mantêm, ao longo do tempo, uma forte dependência dos insumos e da ocupação da mão-de-obra no setor primário. Nesse caso, a demanda na economia urbana depende, de forma significativa, da renda gerada tanto no setor primário quanto em atividades industriais. Da mesma forma, o perfil da indústria exige uma integração com as atividades do setor primário. É o caso da indústria de produtos alimentares, como carnes, embutidos, ração, etc. No caso das mesorregiões citadas, há ainda a indústria do mobiliário, madeira, têxtil, couro, peles e produtos similares e calçados. São atividades que são mais intensivas em mão-de-obra.

Um exemplo da integração dessas mesorregiões com o setor primário é a produção de *commodities* agrícolas largamente utilizadas na agroindústria de carnes, como a soja e o milho.

O milho, com a modernização da agropecuária, aumentou, em valores absolutos de produção, em todas as mesorregiões do Paraná, principalmente na Oeste, aumentando de 608.598 toneladas em 1970 para 2.004.262 toneladas em 1995, totalizando um aumento de 229,32%. Da mesma forma, a Mesorregião Sudoeste também teve aumento de 344,26% na sua produção de milho. Diferente das Mesorregiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul, a Noroeste apresentou, como demonstra a Tabela 2, queda na produção de milho, que passou de 154.608 toneladas em 1970 para 137.483 toneladas em 1995. Essa mesorregião tornou-se produtora de bovinocultura extensiva, necessitando de áreas para pastagens. Na Tabela 3, em que são apresentados dados da produção de soja, também se notou uma redução na utilização de áreas para cultivo na Mesorregião Noroeste.

Tabela 2 – Quantidade produzida de milho em toneladas nas mesorregiões do Paraná – 1970/1995.

MESORREGIÃO	1970	1975	1980	1985	1995
Oeste PR	608.598	275.865	1.192.773	1.518.835	2.004.262
Sudoeste PR	326.534	635.348	791.452	930.960	1.450.672
Norte Central PR	625.890	132.804	909.988	918.100	1.347.195
Centro – Sul PR	372.563	11.936	698.631	589.020	1.188.626
Centro Oriental PR	388.944	112.544	194.195	440.115	846.740
Norte Pioneiro PR	384.660	30.761	498.030	406.747	632.024
Sudeste PR	161.580	428.395	320.025	260.339	557.816
Centro Ocidental PR	420.651	37.365	452.476	412.335	519.538
Metropolitana de Curitiba	106.527	32.261	228.632	165.355	303.810
Noroeste PR	154.608	256.191	180.765	161.907	137.483
Total Paraná	3.550.555	1.953.470	5.466.967	5.803.713	8.988.166

Fonte: IBGE e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Em 1980, o Oeste paranaense atingiu 2.128.977 de toneladas de soja e, entre os anos de 1970 e 1995, aumentou 1.142,9% sua produção. Todos estes dados confirmam, com maior clareza, que a Mesorregião do Oeste paranaense é a principal produtora de grãos do Paraná. Esta mesorregião corresponde, na produção paranaense de soja, a 28,76% (Tabela 3).

Também na mesorregião Norte Central houve aumento na produção de soja, que passou de 63.715 toneladas, em 1970, para 1.015.213 toneladas em 1995, totalizando 1.493,35% de aumento e contribuindo em 17,82% para a produção estadual, em 1995. Juntamente com o milho, a soja aumentou a sua produção em todas as mesorregiões, exceto na Noroeste (Tabela 3). Cabe ressaltar que áreas utilizadas para as culturas permanentes, como o café, perderam espaço para a área de cultivo de lavouras temporárias, que são as principais *commodities* paranaenses voltadas tanto para a exportação como para a cadeia produtiva da carne.

Tabela 3 – Quantidade produzida de soja em toneladas nas mesorregiões do Paraná – 1970/1995.

MESORREGIÃO	1970	1975	1980	1985	1995
Oeste PR	131.796	1.664.569	2.128.977	1.427.770	1.638.111
Norte Central PR	63.715	569.686	866.205	786.621	1.015.213
Centro Ocidental PR	30.504	392.368	788.034	711.442	961.897
Centro Oriental PR	8.835	199.677	324.990	316.850	547.589
Sudoeste PR	102.439	337.504	418.186	396.685	477.304
Centro – Sul PR	54.216	133.620	323.872	358.777	428.224
Norte Pioneiro PR	15.282	183.410	322.117	249.889	413.090
Sudeste PR	15.120	32.901	87.997	74.648	130.381
Noroeste PR	34.803	110.453	128.336	79.908	71.025
Metropolitana de Curitiba	n.d	758	11.478	10.410	11.593
Total Paraná	456.710	3.624.946	5.400.192	4.413.000	5.694.427

Fonte: IBGE e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Para melhor compreender a relação entre os dados das Tabelas 2 e 3 com as informações constantes nas figuras 3 e 4, é necessário retomar o fato de que, no Paraná, houve dois processos de reestruturação na economia regional após 1970, sendo:

a) o esgotamento da fronteira agrícola em paralelo com o êxodo rural, a mudança tecnológica e a utilização de insumos modernos na agropecuária (ROLIM, 1995; DINIZ e LEMOS, 1990); e,

b) o processo de desconcentração industrial, a partir do Sudeste brasileiro, para os Estados periféricos, no caso o Paraná.

Nesse período houve também uma importante mudança na relação entre rural e urbano, que foi a integração entre agropecuária e indústria. Além disso, os créditos e as pesquisas abundantes estimularam a produção de excedentes cada vez mais abundantes nas AMCs rurais do interior do Paraná, como é o caso da produção de soja e o milho (ROLIM, 1995; PIFFER, 1997).

As transformações ocorridas no Paraná nos setores secundário e primário foram decorrentes desses dois processos. O resultado foi a expansão da transformação dos produtos primários e da industrialização de soja, de milho, de trigo, de carne, etc., a partir de 1980, em um movimento de ampliação do comércio inter-regional e de exportação dos excedentes de produtos primários e agroindustriais do Paraná. À medida que crescia a mercantilização desses excedentes, o Paraná foi estabelecendo condições próprias de alargamento da sua base econômica de exportação, principalmente quando esse processo também se viu apoiado na melhoria dos meios de comunicação e de transporte com outras AMCs. De um lado, as AMCs com localização significativa ($QL \geq 1$) nas indústrias tradicionais são compradoras de insumos das AMCs exclusivamente do setor primário. De outro lado, as AMCs exclusivas do setor

primário, ou primário-exportadoras, são importadoras de produtos agroindustriais (indústrias de máquinas, de implementos e de insumos). No espaço paranaense, elas se integram formando uma matriz produtiva associada. O crescimento da economia agroindustrial do Estado do Paraná se deu focado na demanda de produtos primários transformados, por parte dos grandes mercados consumidores, tanto intrarregionais como inter-regionais (Brasil e exterior). Esses produtos que passaram a serem transformados no Estado do Paraná refletiram no crescimento do complexo agroindustrial do mesmo, que, no período, puxou a economia estadual via difusão e ampliação da divisão social do trabalho favorável às indústrias tradicionais nas AMCs do interior paranaense. O Quadro 1 apresenta o perfil dessa difusão.

Quadro 1 – Distribuição Espacial dos Ramos de Atividade da Indústria Tradicional nas AMCs (QL ≥ 1) do Estado do Paraná.

Mesorregião	1970	1980	2000
Norte Central	Arapongas, Apucarana, Ibitiporã, Londrina, Maringá, Porecatu, Rolândia. Total: 7 AMCs	Arapongas, Apucarana, Cambé, Florestópolis, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Porecatu, Rolândia. Total: 10 AMCs	Alto Paraná, Apucarana, Arapongas, Astorga, Atalaia, Bela Vista do Paraíso, Califórnia, Cambé, Cambira, Colorado, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Ibitiporã, Iguaraçu, Faxinal, Florai, Floresta, Florestópolis, Flórida, Jaguapitã, Lobato, Londrina, Guaraci, Mandaguari, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá, Marumbi, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Orizona, Paçandu, Porecatu, Rolândia, Sabaudia, Santa Fé, Sertanópolis. Total: 37 AMCs.
Noroeste	Diamante do Norte, Indianópolis, Loanda, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranavaí, Santa Cruz de Monte Castelo, Umuarama. Total: 8 AMCs	Amaporã, Cianorte. Total: 2 AMCs	Alto Piquiri, Amaporã, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Indianópolis, Japurá, Loanda, Maria Helena, Marilena, Nova Olímpia, Pérola, Paranavaí, Rondon, São Tomé, Tapejara, Terra Rica, Umuarama, Xambrê. Total: 19 AMCs.
Metropolitana de Curitiba	Antonina, Araucária, Colombo, Curitiba, Lapa, Piraquara, Porto Amazonas, São José dos Pinhais e Rio Negro. Total: 9 AMCs	Antonina, Araucária, Colombo, Curitiba, Morretes, Pien, Piraquara, Rio Negro, São José dos Pinhais. Total: 9 AMCs	Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo do Tenente, Lapa, Mandirituba, Pien, Quatro Barras, Rio Negro, São José dos Pinhais Total: 11 AMCs
Sudeste	Bituruna, General Carneiro, Imbituva, Irati, Inácio Martins, Mallette, Porto Vitória, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, União da Vitória. Total: 10 AMCs	Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Inácio Martins, Imbituva, Irati, Mallette, Porto Vitória, São Mateus do Sul, Prudentópolis, Teixeira Soares, União da Vitória. Total: 12 AMCs	Bituruna, General Carneiro, Imbituva, Irati, Inácio Martins, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontim, Teixeira Soares, União da Vitória. Total: 10 AMCs
Norte Pioneiro	Jataizinho, Uraí. Total: 2 AMCs	Andirá, Cornélio Procópio. Total: 2 AMCs	Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Jataizinho, Joaquim Távora, Quatiguá, Rancho Alegre. Total: 10 AMCs
Oeste	Catanduvas Total: 1 AMC	-	Assis, Cascavel, Céu Azul, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Formosa do Oeste, Palotina, Terra Roxa, Toledo. Total: 9 AMCs.
Centro Oriental	Jaguariaíva Castro, Ponta Grossa, Palmeira. Total: 4 AMCs	Jaguariaíva Castro, Ponta Grossa, Palmeira. Total: 4 AMCs	Castro, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Quitandinha, Sengés, Reserva, Telêmaco Borba. Total: 7 AMCs
Sudoeste	Pato Branco, Vitorino. Total: 2 AMCs	Francisco Beltrão, Mariópolis, Renascença, Vitorino. Total: 4 AMCs	Ampère, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Mariópolis, São Jorge do Oeste. Total: 7 AMCs
Centro Sul	Clevalândia, Guarapuava, Mangueirinha, Palmas, Pinhão, Pitanga. Total: 6 AMCs	Clevalândia, Guarapuava, Mangueirinha, Palmas, Pinhão. Total: 5 AMCs	Clevalândia, Guarapuava, Mangueirinha, Palmas, Pinhão. Total: 5 AMCs
Centro Ocidental	-	-	Araruna, Engenheiro Beltrão, Goioerê, Terra Boa. Total: 4 AMCs

Fonte: Resultados da pesquisa.

Pelo quadro, nota-se que as Mesorregiões Norte Central e Noroeste foram as que mais expandiram internamente as indústrias tradicionais com $QL \geq 1$ no Paraná. Para essas mesorregiões, o esgotamento da fronteira agrícola marcou uma grande transição para estruturação da transformação agroindustrial e o fortalecimento do *continuum* urbano-industrial. O mesmo processo atinge todas as mesorregiões do Estado, mas, como já mencionado, isso ocorreu de forma diferenciada. Praticamente só o Centro-Sul e o Sudeste do Paraná não difundiram a indústria tradicional ao longo do seu território. Assim, infere-se que o corredor formado pelas Mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental, Norte-Central e Noroeste do Paraná mostra-se com maior difusão interna e mais dinamismo da sua base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar as transformações na estrutura produtiva dos setores agropecuário e de industriais tradicionais das Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do Estado do Paraná, no período de 1970 a 2000, através dos pressupostos teóricos de Douglass North e da utilização do Quociente Locacional.

O desenvolvimento da economia paranaense passou a se estruturar a partir da década de 1940, com a exploração da madeira e da erva-mate, além da agricultura de subsistência, com um impacto pouco significativo nas atividades industriais. Nos anos 1960, o Paraná dinamizou a sua estrutura produtiva com uma base econômica calcada em novas atividades agrícolas e pecuárias (café, soja, trigo, gado de corte e de leite, aves, suínos, ovinos, entre outras). Durante a década de 1970, essa base se intensificou e modificou o seu perfil, isso devido também ao estímulo das políticas públicas de desenvolvimento, que fortaleceram a manutenção, o estímulo e a difusão dos excedentes da base agropecuária para outros ramos de atividades urbanas, principalmente a indústria, o comércio e os serviços, gerando novas atividades produtivas entre 1970 e 2000.

Neste contexto, as razões para o dinamismo da economia paranaense na década a partir de 1970 encontravam-se estruturadas na agropecuária, especializada no âmbito das AMCs, porém absorvendo tecnologias modernas e gerando excedentes tanto de produtos quanto de mão-de-obra. À medida que o processamento dos gêneros agropecuários ocorre, as atividades de base estendem as suas ligações com a indústria através da venda de insumos, de máquinas, de equipamentos, de implementos e de serviços.

Para manter e difundir a dinâmica da sua economia, as AMCs adaptaram-se às mudanças no perfil da base de exportação no âmbito da economia paranaense. Por exemplo, a partir dos anos 1970, as Mesorregiões Norte, Noroeste e Oeste responderam rapidamente aos estímulos de erradicação do café no Paraná, introduzindo novas culturas (soja, trigo, milho). Esse processo foi acelerado com a introdução de novas tecnologias, principalmente pelo crédito agrícola, pela modernização do campo e pelas novas infra-estruturas de transporte e de comunicação.

A base de exportação agropecuária, inclusive a de beneficiamento e de transformação, foi fortalecida. Neste sentido, a economia paranaense teve o seu crescimento econômico estimulado pela influência da difusão da agropecuária como atividade de base nas economias regionais até 1970. Essa mesma base foi se diversificando e se difundindo nas AMCs para outros setores ou ramos de atividades. A difusão e as mudanças na composição da divisão social do trabalho então impactam internamente na especialização das AMCs paranaenses.

Com isso, o perfil locacional do setor primário mudou entre 1970-2000. Em 1970, a localização mais significativa do setor primário estava nas AMCs das Mesorregiões Oeste,

Noroeste, Norte Pioneiro, Norte Velho, Sudoeste e Sudeste paranaense. A dispersão das atividades agropecuárias e extrativas modificou-se, porém, a partir de 1980, quando ocorreu mudança no seu padrão de localização, pois o setor primário, enquanto atividade de alocação significativa de mão-de-obra, se dispersa e ocupa o Centro Sul do Paraná. Em 2000, as Mesorregiões Centro-Sul, Norte Pioneiro, Sudoeste e Sudeste eram as mais significativas em termos de localização das atividades primárias como básicas no Paraná.

Com relação ao perfil locacional das indústrias tradicionais, constatou-se que houve um adensamento significativo de emprego tanto no setor primário quanto nos ramos da indústria tradicional em AMCs específicas, quais sejam: Guarapuava, Irati, Pinhão, Palmas, Bituruna, General Carneiro, União da Vitória, Porto Vitória, Paula Freitas, Mangueirinha, localizadas na Mesorregião Centro Sul; nas AMCs de Mariópolis, Clevelândia, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Ampére, localizadas na Mesorregião Sudoeste do Paraná, entre outras. São AMCs que avançam na industrialização, mas conservam e mantêm, ao longo do tempo, uma forte dependência dos insumos e da ocupação da mão-de-obra no setor primário.

Enfim, a capacidade e a interação da base econômica da agropecuária e das indústrias tradicionais das AMCs (regiões) paranaenses foram responsáveis pela manutenção, difusão e a diversificação dos ramos de atividades básicos e alavancaram os ramos de atividades não-básicas da indústria tradicional. A magnitude e a diversificação de atividades básicas no setor secundário caracterizam uma base econômica mais avançada, mas, ao longo do tempo, essa base deve ser capaz de expandir-se e diversificar-se, mudando o perfil da aglomeração espacial das AMCs no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do Século XX. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 46, p. 7-25, 2006.

CARRION JÚNIOR, F. M. **RS: política econômica e alternativas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

DINIZ, C. C.; LEMOS M. B. **Dinâmica regional e suas perspectivas de 1990**: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 3, 1990.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional**: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX siècle. Thèse de Doctorat. DSH – Université du Québec à Chicoutimi, 2004. (Disponível em: <www.unioeste.br/pos>.)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. **Dicionário de conceitos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 10 jan. 2009.

LIMA, R. S. Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, nº 1, p. 49-92, 2003.

MOTA, D. M. da (Org.). **Características e tendências da rede urbana do Brasil. Redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, v. 6, 2000.

NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, vol. 63, June 1955.

_____. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, nº 03, p. 25-38, set. 1961.

_____. **The economic growth of the United States 1790-1860**. New York: Prentice Hall, 1961(a).

_____. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 333-343, 1977(a).

_____. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977(b). p. 291-314.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

PASSOS, M. C.; LIMA, R. S. Entre perdas e ganho – apontamento sobre a indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, nº 2, p. 485-517, 2000.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia nacional**. (Dissertação). Curitiba: UFPR, 1997.

_____. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel, PR: Edunioeste, p. 57-84, 1999.

PIFFER, M.; AREND, S. C. Desenvolvimento regional paranaense a partir da abordagem teórica de Douglass North. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO (SIDR), Santa Cruz do Sul, 2008. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008. (CD-ROM).

PULMAN, D.; SAINT JULIEN, T. **L'analyse spatiale: localizations dans l'espace**. Paris: Armand Colin, 1997.

REIS, E.; TAFNER, P. **O PIB dos municípios brasileiros: metodologia e estimativas, 1970-96**. Brasília: IPEA, 2005. Texto para discussão nº 1064.

RODRIGUES, R. L.; MORETTO, A. C.; SESSO FILHO, U. A.; KURESKI, R. Setores alimentares e relações produtivas do sistema inter-regional Paraná- restante do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 110, p. 09-32, 2006.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do *agribusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 86, set./dez. 1995.

STADUTO, J. A. R.; FERRERA DE LIMA, J.; MALDANER, I. S.; STAMM, C. Análise locacional das ocupações nas regiões metropolitana e não-metropolitana do Estado do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p. 117-139, 2008.